



SUMÁRIO

1

PRINCÍPIOS E FONTES FORMAIS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1.1.	Direito Processual do Trabalho – Evolução no Brasil.....	26
1.2.	Direito Processual do Trabalho – Conceito e Autonomia.....	29
1.3.	Eficácia da Lei Processual Trabalhista no Tempo e no Espaço.....	31
1.3.1.	Eficácia da lei processual trabalhista no tempo.....	31
1.3.2.	Eficácia da lei processual trabalhista no espaço.....	32
1.4.	Princípios Constitucionais Aplicáveis ao Processo do Trabalho.....	32
1.4.1.	Princípio do devido processo legal.....	33
1.4.2.	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	33
1.4.3.	Princípio do contraditório.....	34
1.4.4.	Princípio da ampla defesa.....	37
1.4.5.	Princípio da duração razoável do processo.....	38
1.4.6.	Princípio da primazia da decisão de mérito.....	39
1.4.7.	Princípio da igualdade.....	41
1.4.8.	Princípio da boa-fé processual.....	42
1.4.9.	Princípio da cooperação.....	43
1.4.10.	Princípio do respeito ao autorregramento da vontade das partes.....	45
1.4.11.	Princípio do juiz natural.....	46
1.4.12.	Princípio da motivação das decisões.....	47
1.4.13.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	47
1.4.14.	Princípio da inafastabilidade de jurisdição.....	50
1.5.	Princípios Comuns ao Direito Processual Civil e ao Direito Processual do Trabalho que não Consubstanciam Normas Fundamentais.....	50
1.5.1.	Princípio da aplicação subsidiária da legislação processual comum ao Processo do Trabalho.....	50
1.5.2.	Princípio da concentração dos atos processuais.....	53
1.5.3.	Princípio da oralidade.....	54
1.5.4.	Princípio da identidade física do juiz.....	54
1.5.5.	Princípio da imediatidade ou imediação.....	55
1.5.6.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	56
1.5.7.	Princípio da imparcialidade do juiz.....	57
1.5.8.	Princípio da conciliação.....	57
1.5.9.	Princípio do <i>jus postulandi</i> da parte.....	58

1.5.10.	Princípio da lealdade processual.....	59
1.5.11.	Princípio da eventualidade.....	60
1.5.12.	Princípio da preclusão e da perempção	60
1.5.13.	Princípio da impugnação especificada.....	62
1.5.14.	Princípio da proteção	63
1.5.15.	Princípio da busca da verdade real	64
1.5.16.	Princípio da normatização coletiva	64
1.5.17.	Princípio da extrapetição	65
1.5.18.	Princípio da non reformatio <i>in pejus</i>	66
1.5.19.	Princípio da instrumentalidade ou da finalidade.....	66
1.5.20.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	67
1.5.21.	Princípio da estabilidade da lide	67
1.6.	Regras.....	68
1.6.1.	Instauração do processo por iniciativa da parte.....	68
1.6.2.	Desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	69
1.6.3.	Obediência à ordem cronológica de conclusão.....	70
1.7.	Fontes Formais do Direito Processual do Trabalho	74
1.8.	Resumo da Matéria.....	75

2

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, COMPETÊNCIA

2.1.	Organização da Justiça do Trabalho	85
2.1.1.	Introdução	85
2.1.2.	Tribunal Superior do Trabalho	86
2.1.3.	Tribunais Regionais do Trabalho.....	88
2.1.4.	Juízes do trabalho.....	90
2.1.5.	Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	91
2.2.	Competência da Justiça do Trabalho.....	93
2.2.1.	Jurisdição e competência.....	93
2.2.2.	Competência em razão da matéria e da pessoa.....	94
2.2.2.1.	Ações oriundas da relação de trabalho	95
2.2.2.2.	Entes de direito público externo.....	102
2.2.2.3.	Servidores da administração pública	105
2.2.2.4.	Ações que envolvam o exercício do direito de greve.....	110
2.2.2.5.	Ações sobre representação sindical	112
2.2.2.6.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	114
2.2.2.7.	Conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista ..	116
2.2.2.8.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial.....	121
2.2.2.9.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho	126

2.2.2.10.	Execução de ofício das contribuições sociais	127
2.2.2.11.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	131
2.2.2.12.	Lides envolvendo o cadastramento do empregado no PIS/PASEP	131
2.2.2.13.	Lides decorrentes da não concessão das guias do seguro-de- semprego.....	132
2.2.2.14.	Quadro de carreira	133
2.2.2.15.	Poder normativo.....	133
2.2.2.16.	Ações que versam sobre descumprimento de normas trabalhis- tas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores	133
2.2.2.17.	Servidores de cartórios extrajudiciais	134
2.2.2.18.	Homologação de acordo extrajudicial.....	135
2.2.3.	Competência funcional	136
2.2.3.1.	Competência das Varas do Trabalho	136
2.2.3.2.	Competência dos TRTs.....	138
2.2.3.3.	Competência do TST.....	139
2.2.4.	Competência territorial das Varas do Trabalho.....	142
2.2.5.	Foro de eleição	145
2.2.6.	Modificação de competência.....	145
2.3.	Resumo da Matéria.....	148

3

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

3.1.	Ministério Público	159
3.1.1.	Origem	159
3.1.2.	Perfil constitucional.....	160
3.1.3.	Princípios institucionais.....	161
3.1.4.	Princípio do promotor natural	162
3.1.5.	Dos instrumentos de atuação	162
3.1.6.	Autonomia funcional, administrativa, financeira, iniciativa legislativa e ela- boração de proposta orçamentária	165
3.1.7.	Procurador-Geral da República – requisitos para investidura e procedi- mentos para destituição	166
3.1.8.	Garantias, prerrogativas e vedações aos membros	167
3.1.8.1.	Garantias.....	167
3.1.8.2.	Prerrogativas	168
3.1.8.3.	Vedações	171
3.1.9.	Funções institucionais do Ministério Público	172
3.1.10.	Estrutura e abrangência	174
3.2.	Ministério Público do Trabalho	174
3.2.1.	Evolução	174
3.2.2.	Órgãos e atribuições do Ministério Público do Trabalho	177

3.2.3.	Atuação judicial: previsão legal, atuação como órgão agente e interveniente ...	179
3.2.3.1.	Previsão legal	179
3.2.3.2.	Atuação como órgão agente	180
3.2.3.3.	Atuação como órgão interveniente	181
3.2.4.	Atuação extrajudicial	183
3.3.	A EC 45/2004 e seus Reflexos na Atuação do Ministério Público do Trabalho	184
3.4.	Resumo da Matéria	187

4

ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS

4.1.	Atos Processuais	195
4.1.1.	Conceito	195
4.1.2.	Classificação	196
4.1.3.	Negociação processual	198
4.1.4.	Comunicação dos atos	200
4.1.5.	Publicidade	206
4.1.6.	Ato processual por fac-símile	207
4.1.7.	Informatização do processo judicial	207
4.1.7.1.	Do acesso	208
4.1.7.2.	Da disponibilidade do sistema	209
4.1.7.3.	Petições e documentos	210
4.1.7.4.	Atos processuais	211
4.1.7.5.	Contagem dos prazos processuais	213
4.2.	Termos Processuais	213
4.3.	Prazos Processuais	214
4.3.1.	Classificação	214
4.3.2.	Contagem dos prazos	215
4.3.3.	Principais prazos trabalhistas	220
4.4.	Nulidades Processuais	223
4.4.1.	Introdução	223
4.4.2.	Vícios dos atos processuais	224
4.4.3.	Princípios	225
4.5.	Resumo da Matéria	230

5

PARTES E PROCURADORES

5.1.	Partes	245
5.1.1.	Conceito, denominação e capacidade	245
5.1.1.1.	Conceito	245

5.1.1.2.	Denominação	247
5.1.1.3.	Capacidade	247
5.1.1.4.	<i>Jus postulandi</i>	253
5.1.1.5.	Representação e assistência	255
5.2.	Procuradores.....	258
5.3.	Justiça gratuita	263
5.3.1.	Beneficiários da justiça gratuita	263
5.3.2.	Abrangência do benefício da justiça gratuita	265
5.3.3.	Não extensão do benefício da justiça gratuita	266
5.3.4.	Modulação da concessão dos benefícios justiça gratuita	267
5.3.5.	Requerimento da gratuidade da justiça gratuita.....	267
5.3.6.	Impugnação ao pedido da justiça gratuita	269
5.3.7.	Recurso	269
5.4.	Assistência Judiciária GRatuita	270
5.5.	Substituição Processual	272
5.6.	Sucessão das Partes e dos Procuradores	277
5.7.	Deveres das Partes e de seus Procuradores	280
5.8.	Litigância de Má-fé	282
5.9.	Honorários de Advogado	283
5.10.	Assédio processual.....	288
5.11.	Litisconsórcio	289
5.11.1.	Conceito.....	289
5.11.2.	Classificação.....	290
5.11.3.	Consequências e procedimentos	293
5.12.	Intervenção de Terceiros	294
5.12.1.	Conceito.....	294
5.12.2.	Modalidades	295
5.12.2.1.	Assistência	295
5.12.2.2.	Denúnciação da lide	299
5.12.2.3.	Chamamento ao processo	303
5.12.2.4.	Desconsideração da personalidade jurídica	306
5.12.2.5.	<i>Amicus curiae</i>	310
5.13.	Resumo da Matéria.....	310

6

AÇÃO TRABALHISTA

6.1.	Conceito e Características	327
6.2.	condições da ação e o atual código de processo civil.....	330
6.3.	Elementos da Ação	331
6.3.1.	Considerações gerais.....	331

6.3.2.	Partes.....	332
6.3.3.	Causa de pedir.....	333
6.3.4.	Pedido.....	333
6.3.4.1.	Pedido imediato e mediato.....	333
6.3.4.2.	Pedido certo, determinado e líquido.....	334
6.3.4.3.	Pedidos implícitos.....	335
6.3.4.4.	Cumulação de pedidos.....	337
6.3.4.5.	Pedidos alternativos.....	339
6.4.	Pressupostos Processuais.....	340
6.4.1.	Pressupostos processuais de constituição.....	340
6.4.2.	Pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo.....	341
6.4.3.	Legitimidade ad causam e interesse processual.....	342
6.4.3.1.	Legitimidade das partes.....	343
6.4.3.2.	Interesse processual.....	344
6.5.	Resumo da Matéria.....	344

7

DISSÍDIO INDIVIDUAL

7.1.	Procedimento Comum.....	350
7.1.1.	Postulação do autor.....	350
7.1.1.1.	Reclamação verbal ou escrita.....	350
7.1.1.2.	Requisitos da petição inicial trabalhista.....	351
7.1.1.3.	Outros requisitos da petição inicial.....	353
7.1.1.4.	Petição inicial no PJe-JT.....	353
7.1.1.5.	Aditamento da petição inicial.....	354
7.1.1.6.	Emenda e indeferimento da petição inicial.....	355
7.1.1.7.	Desistência da ação.....	357
7.1.2.	Atos intermediários de órgãos auxiliares da Justiça.....	357
7.1.3.	Resposta do réu.....	360
7.1.3.1.	Espécies.....	360
7.1.3.2.	Contestação.....	361
7.1.3.2.1.	Conceito e princípios da impugnação especificada e eventualidade.....	361
7.1.3.2.2.	Revelia.....	363
7.1.3.2.3.	Defesa processual.....	366
7.1.3.2.4.	Defesa de mérito.....	367
7.1.3.2.5.	Compensação, dedução e retenção.....	368
7.1.3.2.6.	Prescrição.....	370
7.1.3.2.7.	Decadência.....	384
7.1.3.3.	Exceção.....	385

7.1.3.3.1.	Generalidades.....	385
7.1.3.3.2.	Exceção de incompetência.....	386
7.1.3.3.3.	Exceções de suspeição e impedimento.....	388
7.1.3.4.	Reconvenção	392
7.1.3.4.1.	Conceito e natureza jurídica	392
7.1.3.4.2.	Requisitos específicos da reconvenção	393
7.1.3.4.3.	Reconvenção e ações dúplices.....	394
7.1.3.4.4.	Reconvenção e compensação.....	395
7.1.3.4.5.	A defesa na reconvenção	396
7.1.3.4.6.	Ação e reconvenção – sentença	396
7.1.3.4.7.	Reconvenção e execução	397
7.1.3.5.	Impugnação ao valor da causa.....	397
7.1.4.	Provas	398
7.1.4.1.	Conceito.....	398
7.1.4.2.	Princípios	399
7.1.4.3.	Objeto da prova.....	402
7.1.4.4.	Ônus da prova	404
7.1.4.4.1.	Distribuição do ônus da prova no Processo do Trabalho	405
7.1.4.4.2.	Súmulas e OJs do TST sobre a Distribuição do Ônus da Prova.....	409
7.1.4.5.	Prova do fato negativo	410
7.1.4.6.	Finalidade da prova	411
7.1.4.7.	Valoração da prova.....	411
7.1.4.8.	Produção antecipada de prova	413
7.1.4.9.	Meios de prova.....	414
7.1.4.9.1.	Depoimento pessoal e interrogatório.....	415
7.1.4.9.1.1.	Diferenciação.....	415
7.1.4.9.1.2.	Confissão	417
7.1.4.9.2.	Testemunhas	421
7.1.4.9.2.1.	Conceito.....	421
7.1.4.9.2.2.	Obrigações de testemunhar	422
7.1.4.9.2.3.	Espécies de testemunhas.....	423
7.1.4.9.2.4.	Incapacidade, suspeição e impedimento de testemunha	424
7.1.4.9.2.5.	Limite legal do número de testemunhas	428
7.1.4.9.2.6.	Procedimentos na inquirição de testemunhas.....	430
7.1.4.9.3.	Documentos	433
7.1.4.9.3.1.	Conceito e generalidades.....	433
7.1.4.9.3.2.	Classificação	436

	7.1.4.9.3.3.	Momento da apresentação dos documentos.....	437		
	7.1.4.9.3.4.	Falsidade documental	439		
	7.1.4.9.3.5.	Exibição de documentos	440		
	7.1.4.9.4.	Perícia	441		
	7.1.4.9.5.	Inspeção judicial	445		
	7.1.4.9.6.	Prova emprestada	446		
7.1.5.	Audiência.....		450		
	7.1.5.1.	Generalidades.....	450		
	7.1.5.2.	Audiência de conciliação e mediação	452		
	7.1.5.3.	Fracionamento da audiência.....	453		
	7.1.5.4.	Abertura.....	454		
	7.1.5.5.	Primeira tentativa de conciliação.....	456		
	7.1.5.6.	Postulação do réu.....	456		
	7.1.5.7.	Instrução probatória	457		
	7.1.5.8.	Razões finais	458		
	7.1.5.9.	Segunda tentativa de conciliação	458		
7.1.6.	Sentença e coisa julgada		460		
	7.1.6.1.	Sentença	460		
		7.1.6.1.1.	Conceito.....	460	
		7.1.6.1.2.	Classificação.....	460	
		7.1.6.1.3.	Ordem cronológica da conclusão.....	463	
		7.1.6.1.4.	Requisitos essenciais da sentença	467	
			7.1.6.1.4.1.	Introdução	467
			7.1.6.1.4.2.	Relatório	469
			7.1.6.1.4.3.	Motivação.....	469
			7.1.6.1.4.4.	Parte dispositiva	472
		7.1.6.1.5.	Requisitos complementares.....	473	
		7.1.6.1.6.	Julgamento <i>citra</i> , <i>ultra</i> e <i>extra petita</i>	473	
		7.1.6.1.7.	Sentença de improcedência liminar do pedido.....	478	
		7.1.6.1.8.	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito.	479	
	7.1.6.2.	Coisa julgada.....	480		
		7.1.6.2.1.	Conceito.....	480	
		7.1.6.2.2.	Coisa julgada formal e material.....	481	
		7.1.6.2.3.	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	483	
		7.1.6.2.4.	Coisa julgada nas ações coletivas.....	485	
		7.1.6.2.5.	Efeitos da coisa julgada criminal no processo trabalhista	485	
7.2.	Procedimento Sumaríssimo.....		486		
7.3.	Procedimento Sumário		490		
7.4.	Comissões de Conciliação Prévia.....		490		
7.5.	Resumo da Matéria.....		494		

8

RECURSOS TRABALHISTAS

8.1.	Conceito e Natureza Jurídica	527
8.2.	Classificação	528
8.3.	Princípios Recursais	529
8.3.1.	Duplo grau de jurisdição	529
8.3.2.	Princípio da unirrecorribilidade	530
8.3.3.	Princípio da fungibilidade ou conversibilidade	530
8.3.4.	Princípio da voluntariedade	532
8.3.5.	Princípio da proibição da reformatio in pejus	534
8.3.6.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	534
8.3.7.	Princípio da dialeticidade	534
8.4.	Peculiaridades Recursais	535
8.4.1	Uniformidade de prazo para recurso	535
8.4.2.	Instância única nos dissídios de alçada	537
8.5.	Efeitos dos Recursos	538
8.5.1.	Devolutivo	538
8.5.2.	Suspensivo	539
8.5.3.	Translativo	540
8.5.4.	Substitutivo	541
8.5.5.	Extensivo	542
8.5.6.	Regressivo	542
8.6.	Juízos de Admissibilidade	543
8.7.	Pressupostos Recursais Objetivos e Subjetivos	546
8.7.1.	Objetivos	546
8.7.2.	Subjetivos	557
8.8.	Recursos em Espécies	559
8.8.1.	Recurso ordinário	559
8.8.2.	Embargos de declaração	566
8.8.3.	Agravo de petição	570
8.8.4.	Agravo de instrumento	572
8.8.5.	Recurso de revista	575
8.8.5.1.	Natureza do recurso de revista	575
8.8.5.2.	Hipóteses de cabimento	576
8.8.5.2.1.	Hipóteses específicas de cabimento do recurso de revista	577
8.8.5.3.	Prequestionamento	582
8.8.5.4.	Transcendência	583
8.8.5.5.	Recursos repetitivos	584
8.8.5.5.1.	Requisitos	584

8.8.5.5.2. Proposta de afetação.....	585
8.8.5.5.3. Processamento	585
8.8.5.5.4. Julgamento.....	587
8.8.5.5.5. Questão constitucional.....	588
8.8.5.6. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional	589
8.8.6. Agravo interno e agravo regimental	590
8.8.7. Embargos.....	593
8.8.8. Recurso adesivo.....	597
8.8.9. Recurso extraordinário.....	601
8.8.10. Pedido de revisão	606
8.9. Incidente de Assunção de Competência	607
8.10. Incidente de Resolução De Demandas Repetitivas.....	607
8.11. Reclamação Correicional	610
8.12. Resumo da Matéria.....	611

9

EXECUÇÃO TRABALHISTA

9.1. Introdução.....	626
9.2. Princípios Informativos	628
9.3. Legitimidade.....	632
9.3.1. Ativa	632
9.3.2. Passiva	633
9.3.3. Sucessão de empregadores	634
9.3.4. Desconsideração da personalidade jurídica do executado.....	636
9.4. Responsabilidade patrimonial do devedor	640
9.5. Ato atentatório à Dignidade da Justiça, Fraude à Execução e fraude contra credores.....	641
9.6. Títulos Executivos Trabalhistas Judiciais e Extrajudiciais	645
9.7. Execução Provisória e Definitiva.....	646
9.7.1. Execução provisória.....	646
9.7.1.1. Conceito.....	646
9.7.1.2. Requisitos para instrução.....	647
9.7.1.3. Embargos à penhora e agravo de petição na execução provisória....	647
9.7.1.4. Aplicação dos arts. 520, 521 e 522 do CPC.....	648
9.7.1.5. Sentença pendente de recurso extraordinário e execução provisória.....	648
9.7.1.6. Penhora de dinheiro em execução provisória.....	649
9.7.1.7. Execução provisória de obrigação de fazer	650
9.7.2. Execução definitiva.....	651
9.8. Liquidação da Sentença	651
9.8.1. Introdução	651

9.8.2.	Modalidades	653
9.8.2.1.	Liquidação por cálculo.....	654
9.8.2.2.	Liquidação por arbitramento	657
9.8.2.3.	Liquidação pelo procedimento comum.....	659
9.8.2.4.	Impugnação à sentença de liquidação.....	660
9.8.2.5.	Natureza jurídica da sentença de liquidação.....	660
9.9.	Execução por Quantia certa Contra Devedor Solvente – Processamento	661
9.9.1.	Citação, pagamento, depósito para apresentação de embargos	661
9.9.2.	Nomeação de bens à penhora	663
9.9.3.	Penhora	665
9.9.3.1.	Introdução	665
9.9.3.2.	Resistência à penhora	667
9.9.3.3.	Bens impenhoráveis	668
9.9.3.4.	Penhora on-line	672
9.9.3.5.	Penhora na renda.....	675
9.9.3.6.	Penhora de imóvel	676
9.9.3.7.	Penhora em estabelecimento comercial	677
9.9.3.8.	Penhora de navios e aeronaves	677
9.9.3.9.	Execução por carta	678
9.9.4.	Embargos à execução.....	679
9.9.4.1.	Natureza jurídica	679
9.9.4.2.	Matéria arguível	679
9.9.4.3.	Prazo e procedimento	680
9.9.4.4.	Embargos à penhora	681
9.9.5.	Exceção de pré-executividade	682
9.9.6.	Prescrição intercorrente	684
9.9.7.	Embargos de terceiros	686
9.9.8.	Avaliação, leilão, arrematação, adjudicação, remição, suspensão e extinção da execução e alienação por iniciativa do particular	689
9.9.8.1.	Avaliação.....	689
9.9.8.2.	Leilão.....	690
9.9.8.3.	Arrematação	692
9.9.8.4.	Adjudicação	697
9.9.8.5.	Remição	699
9.9.8.6.	Suspensão e extinção da execução.....	699
9.9.8.7.	Alienação por iniciativa particular.....	702
9.10.	Execução contra Empresas em Liquidação Extrajudicial	704
9.11.	Execução contra a Massa Falida.....	704
9.12.	Execução por Prestações Sucessivas.....	708
9.13.	Execução de Contribuição Previdenciária	709
9.14.	Execução contra a Fazenda Pública.....	718
9.14.1.	Introdução	718

9.14.2.	Prazo para oferecimento de embargos	719
9.14.3.	Precatório	719
9.14.4.	Débitos de pequeno valor	727
9.14.5.	Moratória.....	729
9.14.6.	Regime especial de liquidação dos precatórios – Art. 97 do ADCT.....	730
9.15.	Execução para Entrega de coisa Certa ou Incerta.....	735
9.16.	Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer	739
9.17.	Prioridade de Tramitação dos Processos – Idoso	742
9.18.	Da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	743
9.19.	Hipoteca judiciária, protesto de decisão judicial e inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes	744
9.19.1.	Hipoteca Judiciária	745
9.19.2.	Protesto Judicial	745
9.19.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	746
9.20.	Resumo da Matéria.....	746

10

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

10.1.	Ação Rescisória	764
10.1.1.	Conceito e cabimento	764
10.1.2.	Requisitos	766
10.1.3.	Competência	768
10.1.4.	Legitimidade	769
10.1.5.	Juízo rescindente e rescisório	771
10.1.6.	Hipóteses de cabimento	772
10.1.7.	Petição inicial.....	784
10.1.8.	Processamento	785
10.1.9.	Prazo	786
10.1.10.	Recurso	789
10.2.	Mandado de Segurança	789
10.2.1.	Breve histórico.....	789
10.2.2.	Conceito e natureza jurídica	791
10.2.3.	Competência	792
10.2.4.	Condições específicas e hipóteses de cabimento	793
10.2.5.	Não cabimento	794
10.2.6.	Processamento	796
10.2.7.	Mandado de segurança coletivo.....	800
10.2.8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais correlatas	801
10.3.	Ação Civil Pública	806
10.3.1.	Conceito.....	806
10.3.2.	Cabimento na Justiça do Trabalho.....	807

10.3.3.	Proteção dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	809
10.3.4.	Competência material e territorial	814
10.3.5.	Legitimidade do Ministério Público do Trabalho.....	815
10.3.6.	Outros legitimados e litisconsórcio.....	821
10.3.7.	Objeto.....	822
10.3.8.	Dano moral coletivo	824
10.3.9.	Tutela preventiva.....	833
10.3.10.	Inquérito civil.....	833
10.3.11.	Prescrição	851
10.3.12.	Coisa julgada e litispendência	853
10.3.13.	Ação civil coletiva	863
10.3.14.	Procedimentos específicos para a tutela dos direitos individuais homogêneos.....	866
10.3.15.	Despesas processuais.....	867
10.3.16.	Controle de constitucionalidade em ação civil pública	868
10.4.	Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais.....	869
10.5.	Tutelas Provisórias de Urgência e Evidência	872
10.5.1.	Tutelas de urgência e evidência.....	872
10.5.1.1.	Espécies de tutelas de urgência.....	872
10.5.1.1.1.	Tutela de urgência antecipada.....	873
10.5.1.1.2.	Tutela de urgência cautelar.....	874
10.5.1.2.	Tutela de evidência	875
10.6.	Inquérito para Apuração de Falta Grave	875
10.6.1.	Conceito e hipóteses de cabimento	875
10.6.2.	Procedimento	877
10.6.3.	Prazo para ajuizamento.....	878
10.6.4.	Efeitos da sentença	879
10.7.	Ação de Consignação em Pagamento	880
10.7.1.	Considerações gerais.....	880
10.7.2.	Modalidades	881
10.7.2.1.	Consignação extrajudicial.....	881
10.7.2.2.	Consignação judicial.....	884
10.8.	Ação Monitória	887
10.8.1.	Conceito.....	887
10.8.2.	Natureza jurídica	889
10.8.3.	Cabimento no Processo do Trabalho.....	889
10.8.4.	Procedimento	891
10.8.5.	Cabimento em relação à Fazenda Pública	892
10.9.	Habeas Corpus	894
10.10.	Habilitação Incidente	897
10.11.	Ação de Exigir Contas.....	899
10.12.	Ações Possessórias	901

10.12.1. Considerações iniciais	901
10.12.2. Cabimento na Justiça do Trabalho.....	901
10.12.3. Procedimento – bens móveis.....	902
10.12.4. Procedimento – bens imóveis.....	903
10.13. Resumo da Matéria.....	904

11

DISSÍDIO COLETIVO

11.1. Dissídio Coletivo.....	925
11.1.1. Conceito.....	925
11.1.2. Poder normativo.....	927
11.1.3. Cabimento	932
11.1.4. Classificação.....	935
11.1.5. Partes e iniciativa.....	936
11.1.6. Competência de julgamento.....	938
11.1.7. Procedimento	938
11.1.8. Cláusulas constantes no dissídio coletivo.....	941
11.2. Sentença Normativa	942
11.2.1. Conceito e natureza	942
11.2.2. Início da vigência	942
11.2.3. Prazo	942
11.2.4. Efeitos e coisa julgada	943
11.2.5. Recursos – efeitos	944
11.2.6. Extensão	945
11.2.7. Revisão.....	945
11.2.8. Ação de cumprimento.....	946
11.3. Dissídio Coletivo no Serviço Público.....	947
11.4. Resumo da Matéria.....	950

BIBLIOGRAFIA	957
---------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	961
--	------------